

Plano de gestão de Parque Nacional de Dulombi e Corredores de Salifo-Xitole e Cuntabane - Quebo

Capa

Tutela (Secretaria Estado de Ambiente, Diretor. IBAP, Director. Parque e Representante de Conselho de Gestão)

Abreviaturas e siglas

Lista de mapas

Lista de figuras

Lista de tabelas

Lista de quadros

INDICE

Introdução

O Plano de Gestão é um documento que sintetiza e sistematiza a informação existente e enquadra a tomada de medidas de gestão da biodiversidade das espécies (flora e fauna) e comunidades residentes na área protegida. O Plano de Gestão do futuro parque de Dulombi constitui assim um instrumento de base para o estudo, conservação e monitorização da diversidade biológica e para a preservação dos ecossistemas na área.

das preocupações do IBAP e de outras instituições da sub-região, agrupadas no âmbito do Programa Regional de Conservação Marinha (PRCM). Estas áreas desempenham um papel central na reprodução e regeneração dos stocks de peixes, camarões e moluscos, garantindo a sustentabilidade da exploração destes recursos estratégicos.

A conservação através da RENAP é um processo de participação que deve contar com objectivos e metas claras. Este Plano de Gestão será entregue aos cidadãos nacionais, madeireiros, operadores turísticos, prestadores de serviços, organismos privados e autoridades, para que de maneira conjunta e coordenada se cumpram com os objectivos de conservação deste parque tão importante para a diversidade biológica.

A Guiné-Bissau é um país pequeno, situado entre os ecossistemas áridos da África Subsariana e a eco-região de floresta húmida da Guiné. A combinação resultante cria paisagens terrestres majestosas e um mosaico mesclado de florestas densas e abertas, de florestas em galeria e savanas arborizadas, que são ricas em plantas e vida animal importantes mundialmente e um refúgio para muitas espécies migratórias que se movimentam pelas savanas da África Ocidental. A região da zona florestal da Guiné-Bissau (sul e sudoeste) contém várias espécies endémicas, raras e ameaçadas de pássaros, plantas altas, répteis e mamíferos, incluindo elefantes (*Loxodonta africana*), ungulados de grande porte, tais como búfalos (*Syncerus manus*), hipopótamos (*Hyppopotamus amphibius*) e o elande (*Taurotragus derbianus*). Dúzias de famílias de chimpanzés (*Pan troglodytes*) habitam naquela área e existem muito poucos estudos sobre eles. Estes ecossistemas terrestres surpreendentes têm permanecido desprotegidos a muito tempo. Faseadamente, áreas protegidas da região costeira e marinha ocidental da Guiné-Bissau – também extremamente ricas em biodiversidade – têm recebido, na última década, atenção indiscutível, quer de doadores, quer do Governo, num esforço para conservar a riqueza natural do país. O compromisso assumido pelo governo da Guiné-Bissau na conferência das partes em Nagoia (Japão) para estender as áreas protegidas de 15 a 26 % do território nacional foi esta ideia que nasceu. O projecto de Apoio à Consolidação de um Sistema de Áreas Protegidas na Faixa Florestal da Guiné-Bissau. Este projecto GEF-PNUD (projecto de Apoio à Consolidação de um Sistema de Áreas Protegidas na Faixa Florestal da Guiné-Bissau) propõe-se a corrigir o desequilíbrio em prioridades de conservação relativamente à representação no ecossistema. Ele irá centrar-se na conservação do Complexo Dulombi-Boé-Tchetche (DBT) das áreas protegidas na zona da faixa florestal da

Guiné-Bissau. A área tem imensos vestígios de habitat de floresta e savanas e cobre 319.000 hectares de ecossistema terrestre sob intensa ameaça. Através deste projecto o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), responsável pela conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, tenciona expandir o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) para a região a sudeste da faixa florestal e proteger uma área adicional de 8,8% do território nacional, procurando os seguintes resultados: (i) melhorar a representação do ecossistema do SNAP, (ii) aprimorar a conectividade ecológica, (iii) permitir a migração transfronteiriça de mamíferos de grande porte e espécies ameaçadas ou em perigo (incluindo elefantes) e (iv) maior capacidade de resistência do Complexo como um todo, relativamente a alterações climáticas e ao processo de desertificação. Cinco novas áreas protegidas serão criadas e administradas: o Parque Nacional de Dulombi com 160.732 ha; o Parque Nacional de Boé com 135.456 ha; o Corredor Faunístico de Tche-tche com 41407 ha; o Corredor Faunístico de Cuntabane-Quebo com 65.272 ha; e o Corredor Faunístico de Salifo com 35.839 há Com este acordo único de áreas protegidas, bem como com parques centrais e corredores faunísticos interligados, o Complexo DBT, as comunidades rurais, as organizações rurais e as ONGs locais partilharão responsabilidades no que se refere a consecução dos objectivos de conservação, ao mesmo tempo que obtêm benefícios concretos do uso sustentável dos recursos naturais através do ecoturismo, agricultura sustentável e pecuária e a criação de serviços derivados dos ecossistemas. Comunidades empenhadas no seu sustento e na sua sobrevivência cultural em risco irão tornar-se parceiros estratégicos em acordos de gestão de conservação participativa, aumentarão a eficácia em termos de custo e fornecerão um laboratório real de coexistência harmoniosa entre os seres humanos e biodiversidade. Este projecto faz parte do Projecto Estratégico para a África Ocidental (*Strategic Programme for West Africa, SPWA*) do GEF, Subcomponente da Biodiversidade. Nos próximos quatro anos serão alcançados os seguintes três principais objectivos: (i) Ameaças imediatas aos ecossistemas terrestres atenuadas através da expansão e administração efectiva das APs, na zona da cintura florestal; (2) Uma melhoria da capacidade sistémica e institucional dos actores administrativos chave das APs relativamente ao fornecimento das estruturas necessárias para a implementação e gestão de uma rede de APs com maior representatividade; e (3) Serão implementadas abordagens de gestão de conservação participativa no Complexo DBT. Apesar de ser uma das nações mais pobres da Terra, a Guiné-Bissau está a mostrar grande coragem no domínio da conservação e almeja, através deste projecto, conseguir proteger quase um quarto do

seu território, preservar a sua biodiversidade globalmente importante, manter rotas migratórias regionais críticas, proteger espécies emblemáticas tais como o chimpanzé ocidental e o elefante africano, e dar ao seu povo opções viáveis para o desenvolvimento sustentável.

1.2. Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas

O IBAP foi criado para promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade assim como, para criação e gestão das áreas protegidas e favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais. Trata-se de uma instituição pública dotada de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O IBAP concentra as suas actividades no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas, numa perspectiva de conservação da biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento durável. Na sua planificação estratégica o IBAP formulou a sua visão como se segue:

“A biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras”. Esta visão permitiu precisar a missão do IBAP: “Gerir de forma participativa e eficaz as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e saberes tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional” Baixa esta visão trabalha na consolidação da rede das áreas protegidas através de proposição de criação de novas áreas protegidas, uma concertação alargada aos diferentes autores concernentes e a implementação de estratégias comuns no domínio de interesse partilhados pelas diferentes áreas protegidas da rede nacional. A elaboração e a implementação do plano de gestão e de instrumentos jurídicos e regulamentares são privilegiados. O IBAP tem em conta as necessidades concernentes ao reforço de capacidades e de parcerias institucionais com os serviços técnicos nacionais (Florestas e Fauna, Agricultura, Pesca, Turismo, Comunidades Locais, etc.) e favorecer uma interligação regional e internacional. IBAP facilita estudos científicos em serviço da conservação da biodiversidade é priorizado e em termos gerais promova a melhoria de conhecimentos e de seguimento das espécies ameaçadas, emblemáticas ou de importância económica e a promoção de uma pesquisa e de comunicação científica sobre os ecossistemas e da biodiversidade. Para cumprir com sua missão o IBAP reforça à todos os níveis (institucional, recursos humanos e financeiros, etc.) de forma a relevar os desafios no domínio da conservação, da biodiversidade, da

gestão das áreas protegidas. Ele contribui para a integração da gestão do ambiente, dos habitats, dos processos ecológicos e da diversidade biológica na formulação das políticas sectoriais do país. Neste contexto, o IBAP desenvolve planos de gestão para todas as áreas protegidas baixo seu mandato em conjunto com os parceiros que desejam contribuir para a gestão das áreas protegidas e a biodiversidade na Guiné-Bissau. Entre 2007 e 2011, os objectivos estratégicos e as actividades do IBAP agrupar-se-ão em torno de 3 grandes eixos. O primeiro diz respeito a um reforço institucional, que garanta o reconhecimento jurídico e prático do papel do IBAP, enquanto peça essencial dos sistemas nacionais de gestão dos recursos renováveis. Diz também respeito ao financiamento durável do IBAP, nomeadamente através da criação de uma Fundação suportada por um fundo patrimonial, para além da procura de outros mecanismos de financiamento complementares. O segundo eixo centra-se no melhoramento da gestão das AP e na promoção de acções de desenvolvimento sustentável. Trata-se de promover a gestão participativa, envolvendo todas as partes interessadas; elaborar e aprovar planos de gestão para cada AP; implementar um zoneamento rigoroso com zonas de preservação estrita e áreas de desenvolvimento durável; garantir uma sinalização e uma fiscalização eficaz; investir na formação dos quadros do IBAP; identificar os custos e oportunidades perdidas e os impactos da fauna selvagem nas populações; apoiar as ONG e as comunidades locais que desenvolvam iniciativas de desenvolvimento sustentável (nomeadamente o ecoturismo), discriminando positivamente os mais fracos e desfavorecidos. Finalmente, desenvolver-se-ão actividades tendentes a expandir a rede de AP, quer através da classificação de novas áreas, quer através de estudos preliminares que identifiquem zonas de elevado interesse para futuras iniciativas. O terceiro eixo estratégico foca, essencialmente, o conhecimento da biodiversidade e dos processos naturais e sua exploração pelo Homem. O IBAP adoptou uma estratégia de intervenções criteriosas, baseadas num sólido conhecimento científico das realidades. A monitorização ambiental, focada em espécies ou habitats sensíveis e emblemáticos, desempenhará um papel central na avaliação objectiva dos impactos e resultados das intervenções, avaliação essa que é um elemento chave da estratégia em causa. Estas mesmas espécies e habitats considerados prioritários serão, sempre que adequado, alvos de planos de acção e medidas específicas. A divulgação dos conhecimentos será feita, de modo diferenciado, ao nível dos decisores, ao nível de todas as partes interessadas na gestão das AP e ao nível da população em geral.

1.3. Contexto Internacional

Não obstante a Guiné-Bissau ser um país de tamanho pequeno, a biodiversidade é de relevância mundial. Os compromissos assumidos pelo país relativamente à preservação da biodiversidade (nomeadamente a Convenção sobre a Diversidade Biológica) deverá ser honradas, a bem da projecção da nação na comunidade internacional. Por seu lado, os parceiros do mundo desenvolvido têm a obrigação moral de apoiar, com recursos técnicos e financeiros, as iniciativas de conservação da nação guineense.

O IBAP apoia-se na experiência das parcerias exemplares entre as instituições nacionais e internacionais e as ONG's e associações de base. Actualmente, o quadro de parceria compreende as instituições chaves.

Intervenientes na esfera do ambiente, da conservação e da gestão dos recursos naturais, nomeadamente a Direcção Geral do Ambiente, o Centro de Investigação Pesqueira Aplicada – CIPA, a Direcção Geral das Florestas e Fauna e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP. Esta parceria, vem-se consolidando ao logo do tempo com a presença de parceiros internacionais, caso da UICN, parceiro histórico, com acções de conservação e de desenvolvimento durável na zona costeira, a Fundação Internacional par o Banco d'Arguin – FIBA, especializada no apoio à gestão das áreas marinhas protegidas, o Banco Mundial, através do Fundo Mundial para o Ambiente – GEF para a consolidação das acções de conservação e de gestão dos recursos naturais e a Swissaid, pelo apoio ao desenvolvimento na base.

1.4. Parque Nacional de Dulombi

1.5.1 Histórico

1.5.2 Marcos Principais do Processo de Criação (Observação: com base la Lei-quadro das AP's)

Os objectivos que nortearam a criação deste parque Nacional de Dulombi são ainda actuais e pertinentes. Este prende-se com a manutenção e a conservação dos

ecossistemas naturais localizados no seu interior e corredores faunísticos dos animais, e, em especial, dos processos naturais que o suportam. Como os demais parques nacionais o seu objectivo é ainda o da “Protecção da integridade ecológica dos seus ecossistemas para as gerações presentes e futuras, excluindo a exploração e a ocupação inadequada aos objectivos da área e oferecendo a oportunidade de visitas científicas, educacionais e recreativas, sendo as mesmas compatíveis com o uso e costumes das populações residentes”. Mais especificamente estes, podem ser resumidos nos pontos seguintes:

- Conservar a biodiversidade e os ecossistemas funcionais e em equilíbrio; proteger as suas amostras de biodiversidade, assegurando o seu processo evolutivo e contribuir como factor de equilíbrio no conjunto que constitui o complexo DBT; conservar os ecossistemas assegurando a sua integridade, o seu equilíbrio e a sua funcionalidade; conservar populações viáveis e saudáveis de diferentes espécies presentes; contribuir para a conservação da biodiversidade ao nível nacional e internacional e constituir-se como um núcleo de preservação a partir da qual, através da radiação, se torna possível re-colonizar outras áreas sobretudo com espécies ameaçadas e/ou em risco de extinção;
- Conservar o património genético, através da protecção da fauna e flora e da biodiversidade em geral, mantendo o processo evolutivos em taxas de extinção naturais e promovendo a preservação e manejo de espécies em risco de extinção, com finalidade científica e ecológicas;
- Reforçar o seu papel na rede nacional, sub-regional e internacional de áreas protegidas albergando e protegendo diversas espécies raras em especial elefantes, búfalos, primatas, aves e contribuído para a sua conservação ao nível internacional;
- Conservar paisagens de relevante beleza cénica naturais ou alteradas, mantidas a nível sustentável, visando a recreação e turismo;

- Conservar valores culturais, históricos, arqueológicos e antropológicos – património cultural da nação –, para a investigação e visitação; Protecção da zona e da propriedade tradicional (protecção dos recursos, protecção das áreas sagradas e protecção do espaço produtivo)
- Proporcionar recreação ao ar livre de forma saudável, para residentes e visitantes, e desenvolvendo o turismo em bases sustentáveis ou ecológicas; proporcionar condições para a monitoria ambiental; valorização da zona (eco-turismo, caça controlada e trabalho para os jovens da comunidade local);
- Proporcionar meios de educação, investigação, estudos e divulgação sobre os recursos naturais e ecossistemas pouco modificados, muito essenciais para a monitoria do ambiente em geral e do estado das florestas em particular;
- Criar condições propícias a um desenvolvimento durável nas regiões onde o projecto esta implementar as suas actividades; assegurar o crescimento económico regional, criando novas oportunidades e alternativas às economias;
- Inventariação e avaliação as possibilidades de gestão dos principais conflitos e protecção dos interesses dos locais;
- Inventariação e avaliação do impacto da caça comercial realizada no limite exterior e interior do parque, sobre os animais raros e em especial sobre as caças de boca branco e outros animais;
- Inventariação e avaliação do impacto da agricultura sobre a vegetação e os solos;
- Monitoria e seguimento para a desestimular a instalação de acampamentos (inclusive acampamentos turísticos para caça) em áreas mais sensíveis do parque e corredores;
- Proibição da caça comercial e desportiva e/ou corte comerciais e industrial de qualquer natureza na área de parque e corredores;

- Monitoria e seguimentos das espécies e dos principais recursos naturais do parque;
- Incentivo as pesquisas multidisciplinares para aumentar o conhecimento científico sobre o parque e corredores seus ecossistemas, suas espécies e seus recursos;
 - Avaliação do turismo e em especial do programa de ecoturismo como estratégia de captação de recursos do parque e corredores;

1.5.3. Razoes da sua criação

1.5.4. Localização e Limites

1.5.5. Caracterização Sumaria

1.5.6. Objetivos da criação

De acordo com vários estudos feitos na área Dulombi, e segundo o disposto na Lei-quadro das Áreas Protegidas, a classificação desta área protegida visa a prossecução dos seguintes objectivos:

- a) A preservação, conservação e defesa dos sistemas vivos marginais dos rios Corubal,
- b) A preservação, conservação e defesa dos ecossistemas associados à floresta densa sub-húmida e floresta seca e semi-seca densa;
- c) A salvaguarda das espécies animais, vegetais e dos habitats ameaçados;
- d) A conservação e recuperação dos habitats da fauna migratória;
- e) A protecção da floresta sagrada localizada em diferentes áreas do parque;
- f) A defesa, valorização e manutenção das actividades e formas de vida tradicionais não lesivas do património ecológico, visando o desenvolvimento económico, social e cultural das populações residentes;

- g) A valorização das riquezas naturais renováveis e a gestão da sua utilização de forma sustentável, visando o desenvolvimento económico e bem-estar das populações residentes;
- h) A promoção de actividades de ecoturismo, em termos do uso ordenado do território e dos seus recursos naturais e paisagísticos, como forma de valorização económica da região.

1.5.7. Estrutura de gestão e principais actividades

Tal como definido na lei, a estrutura de gestão do parque é composta pelo conselho de gestão, que é o órgão deliberativo e consultivo do parque, o director do Parque, agente de desenvolvimento comunitário e a equipe de guardas composto por doze efectivos, que trabalham de forma harmoniosa na essa primeira fase de processo de criação do parque, nas actividades de sensibilização, fiscalização e produção dos documentos que servirão como base de dados para criação do parque.

A Composição do Conselho de Gestão é definida pelo Artigo 13º do estatuto do Parque. Deste órgão fazem parte o director do parque (que o preside), agente de desenvolvimento comunitário, representantes das tabancas chaves, representantes do poder local (régulos) Governadores das regiões e administradores dos sectores que fazem parte da área de intervenção do parque, representantes das ONG's e dos

operadores turísticos. As suas decisões são vinculativas e segundo a nova lei disporá das competências seguintes:

- a) Deliberar sobre a proposta de orçamento, o regulamento de utilização do fundo especial bem como o seu plano de gestão;
- b) Deliberar sobre todas as questões em que as disposições do presente diploma ou os regulamentos adoptados para a sua aplicação confirmam-lhe competências;
- c) Dar parecer sobre todos os casos em que for legalmente solicitado e sobre todas as outras questões que lhe sejam submetidas pelo Director ou, por iniciativa própria, apresentar a este sugestões ou recomendações relativos ao bom funcionamento da sua área protegida;
- d) Assegurar seguimento às actividades da sua Direcção.

Actividades principais actualmente desenvolvidas no quadro do parque se resumem essencialmente aos seguintes:

- 1. Sensibilização das comunidades sobre boas práticas de uso dos seus recursos;
- 2. Organizar as informações retidas durante os inventários de fauna e flora;
- 3. Acções de fiscalização da corte clandestina de madeira e caça clandestina dos animais ameaçados ou raras;
- 4. Apoio as iniciativas de desenvolvimento local, sobretudo concentradas nas tabancas dos dois corredores (Salifo e Cuntabane), salientando-se apoio de legalização de associações de base estes dois corredores.

1.5.8. Infraestrutura e equipamento

Como infra-estruturas o parque não dispõem da sede própria, a infra-estrutura usada como sede provisória é uma propriedade privada que foi restaurada pelo projecto para facilitar uma instalação provisória da equipa do parque para melhor

O parque dispõe igualmente de uma viatura e 12 motorizadas para facilitar os trabalhos dos técnicos no terreno. E dez bicicletas que foram entregues aos colaboradores em diferentes tabancas que apoiam ou facilitam os trabalhos do parque nas suas próprias tabancas

1.6. Plano de gestão do Parque Nacional de Dulombi

1.6.1. Justificativos Para a sua Elaboração

Plano de gestão é definido na Lei Quadro como um dos instrumentos principais de gestão e administração das áreas protegidas. Ele resulta em geral de um processo de planificação, cobrindo integralmente a área protegida, envolvendo todos os interessados e integrando a área no seu devido contexto local, regional e nacional e mesmo sub-regional. Não é um fim em si, mas tende a criar uma base coerente para a implementação das acções de gestão durante o seu período de vigência. Em geral descreve a área, os seus problemas e desafios em relação aos recursos e aos usos e define os objectivos de gestão e os meios estratégicos para os atingir. Na prática guia e controla a gestão das áreas protegidas, através de estratégias, programas, acções e facilidades necessários a uma eficiente operacionalização da filosofia do parque.

Por lei, o prazo de revisão de um Plano de Gestão de uma Área Protegida não deve exceder os dez (10) anos. Esta necessidade foi igualmente sublinhada pelo Plano estratégico do IBAP, assim como pela avaliação do sistema nacional de áreas protegidas. Ambas recomendam ao IBAP de dotar as áreas protegidas de Planos de Gestão actualizados. Mudanças consideráveis registadas no interior do limite do parque, justificam a presente acção de elaboração do Plano de Gestão para o FPND. (Futuro Parque Nacional de Dulombi) baseando nos aspectos de decorrentes ou de mudanças de ordem ambientais, como ainda sócio-económicas. Estes últimos afectando substancialmente os usos dos recursos naturais presentes no interior do parque. Neste particular é de considerar as pressões exteriores, sobretudo das populações das tabanca proprietárias que reclamam cada vez mais o direito de

usufruir dos recursos do parque, assim como as mudanças sócio-ambientais entretanto verificadas no exterior do parque, como nos corredores que fazem parte integrante a este parque como a nível das regiões, que integram esta área como ao nível nacional e sub-regional.

1.6.2. Função e objectivos

O principal objectivo de plano de gestão do futuro Parque Nacional de Dulombi é de implementação duma estratégia de utilização durável e sustentado dos recursos naturais existentes, com base na conservação das manchas florestais húmidas e da grande diversidade biológica que albergam. O plano vai orientar as acções dos diferentes intervenientes no processo do desenvolvimento comunitário do território, nomeadamente as diferentes intervenções em termos de ocupação de espaços e utilização de recursos determinados considerados críticos na manutenção dum equilíbrio ecológico e ambiental. Pois, trata-se de uma área na qual a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentam pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar. Estas características precisam ser geridos para permitirem uma conservação duradoura e um uso sustentável. Apresenta usos múltiplos e fornece simultaneamente muitos produtos de sustentabilidade; existem ao mesmo tempo complementaridades e conflitos entre os vários usos e, para atingir um desenvolvimento ecologicamente sustentável, os conflitos têm que ser resolvidos implicando necessariamente as partes envolvidas que são as populações residentes no interior e nos arredores da área protegida. Pois, o desenvolvimento desta área tem que se basear num plano que a todos motivem, incluindo em primeiro lugar as populações aí residentes, as quais deverão reconhecer nessa zona oportunidades acrescidas de melhoria da sua qualidade de vida, em vez de sentirem relegados para a cauda do desenvolvimento. Isto só é possível com a participação empenhada das mesmas, e isto só se consegue com uma gestão que

sirva e defenda à natureza mas não esqueça a qualidade de vida dos homens e mulheres que aí vivem e trabalham. O presente Plano de Gestão apresenta um conjunto de acções pactuadas entre as populações residentes, outros actores sociais interessados na conservação do parque.

Plano de Gestão do futuro Parque de Dulombi tem como principais funções:

- Formular e harmonizar os objectivos a atingir com a gestão do Parque;
- Identificar as medidas de gestão (actividades, projectos, programas de trabalho) necessárias para atingir os objectivos formulados;
- Identificar os meios de monitorização necessários para saber se os objectivos estão a ser atingidos e se os recursos humanos, financeiros e técnicos estão a ser aproveitados de forma eficaz;
- A gestão de uma área protegida é habitualmente abordada segundo três vertentes: "em cima dos acontecimentos", isto é, fundamentalmente numa resposta imediata aos problemas graves de degradação ambiental desta área; aumentando apreciavelmente as potencialidades da área; ou segundo o entendimento de que a área protegida constitui sistemas dinâmicos entre processos físicos, químicos, biológicos e sócio-económicos.

O entendimento e a determinação das consequências das "regras" de planeamento e gestão de área protegida são tarefas vastas, já que é área sensível a mudanças sem precedentes resultantes da combinação entre os processos naturais e os impactos induzidos pelo homem e as actuais políticas e sistemas administrativos e de gestão demonstram falhar na prevenção do desenvolvimento da degradação desta área e na gestão das consequências ambientais. São várias as exigências a ter em conta na gestão de uma área protegida: uma visão nacional; uma visão de longo prazo; uma abordagem integrada de zoneamento e de gestão; comunicação, colaboração e coordenação entre os diversos responsáveis pelo zoneamento, gestão e utilizadores; envolvimento público; flexibilidade; e instituição específica.

OBJETIVO GERAL

- Salvaguarda das espécies animais, vegetais e habitats ameaçados
- Salvaguarda dos biótipos e formações naturais de reconhecido interesse

- Conservação e recuperação do habitat da fauna migratória.
- Promoção da investigação e pesquisa científica
- Defesa, manutenção e valorização das actividades e forma de vida tradicional não lesíveis ao património ecológico
- Protecção e valorização paisagens únicas, raras, cujo valor que confirma interesse especial
- Promoção e apoio ao desenvolvimento e utilização durável dos recursos naturais visando o desenvolvimento económico e bem-estar das comunidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Proteger a diversidade biológica e os processos ecológico associados, valorizando a gestão tradicional dos espaço e dos recursos, de acordo com a cultura e tradições dos diferentes grupos étnicos residente no interior do parque;
- 2- Melhoria das condições de vida das população através de um modelo de desenvolvimento que priorize a exploração racional e duráveis dos recursos naturais;
- 3- Melhorar o conhecimento científico do parque e propôr alternativas para desenvolvimento sustentado
- 4- Implementar um mecanismo de gestão eficiente.

1.6.3. Enquadramento jurídico- Institucional e Período de Validade O plano de gestão é definido na Lei Quadro como um dos instrumentos principais de gestão e administração das áreas protegidas. Ele resulta em geral de um processo de planificação, cobrindo integralmente a área protegida, envolvendo todos os interessados e integrando a área no seu devido contexto local, regional e nacional e mesmo sub-regional. Não é um fim em si, mas tende a criar uma base coerente para a implementação das acções de gestão durante o seu período de vigência. Em geral descreve a área, os seus problemas e desafios em relação aos recursos e aos usos e define os objectivos de gestão e os meios estratégicos para os atingir. Na prática guia e controla a gestão das áreas protegidas, através de estratégias, programas, acções e facilidades necessários a uma eficiente operacionalização da filosofia do parque.

Por lei, o prazo de revisão de um Plano de Gestão de uma Área Protegida não deve exceder os dez (10) anos. Esta necessidade foi igualmente sublinhada pelo Plano estratégico do IBAP, assim como pela avaliação do sistema nacional de áreas protegidas. Ambas recomendam ao IBAP de dotar as áreas protegidas de Planos de Gestão actualizados. Se houver as Mudanças consideráveis registadas no interior do limite do parque, podem justificar reactualização do Plano de Gestão para o PND. Estas mudanças podem ser de ordem ambientais, como ainda socioeconómicas. Estes últimos afectando substancialmente os usos dos recursos naturais presentes no interior do parque e corredores. Em particular é de considerar as pressões exteriores, sobretudo das populações que vinham sempre de fora a procura de novos espaços para instalar novas tabancas que as vezes ficam dentro dos limites do parque e corredores.

1.6.4. Metodologia para a sua elaboração

O primeiro pressuposto para o sucesso deste Plano de Gestão é de que o parque possua meios humanos, materiais e financeiros para a sua execução. Os recursos humanos actuais, são poucos em comparação com área do parque, a conservação de uma área terrestre precisa de uma estrutura forte, adequada, eficaz e operacional são necessários uma capacitação adequada dos funcionários de parque neste caso os guardas parque.

Há uma necessidade de melhoria substancial dos meios materiais e de equipamentos, em especial as infra-estruturas, os equipamentos de transporte e de comunicação. A descentralização da estrutura pressupõe igualmente uma descentralização de meios, da administração, etc. e neste particular é pertinente que o parque disponha de meios financeiros de forma autónoma e que a sua gestão seja efectuada de forma clara e transparente com a participação do respectivo conselho de gestão. É indispensável que a logística, a administração, isto é o funcionamento geral, sejam organizados de tal forma que possibilite um nível de autonomia adequado a situação de isolamento do parque. A valorização da cultura da comunidade local deve ser uma constante nas actividades do parque. Pois que o potencial para a sua banalização é muito forte,

sobretudo considerando as pressões exteriores e os interesses em causa. Neste particular a conservação das zonas sagradas no interior do parque não deve ser descurada e deve estar na base do relacionamento com as tabancas do parque e corredores. E necessários a manutenção deste relacionamento. Igualmente, deverá consolidar a integração da estrutura tradicional de poder, assim como de outras estruturas representativas dos diferentes seguimentos sociais (jovens, mulheres, homens etc.) e de grupos socio-profissionais, nas estruturas de gestão do parque, não só para ocultação (consulta e aconselhamento) mas também para efeitos de legitimação dos processos de tomada de decisão inerentes a gestão do parque e a caução (da parte destes) e a legitimação dos processos de implementação das medidas de gestão.

Dado a grande fragilidade dos ecossistemas presentes e as características marcadamente da zonas sensíveis do parque, uma approche participativa, sistémica, precaucionista, adaptativa e multi-disciplinar no processo de implementação do programa do parque deverá ser privilegiada, sobretudo em relação as pressões do exterior tendentes a introduzir formas de uso incompatíveis com o objectivos do parque e cuja finalidade se resume na obtenção de benefícios rápidos e imediatos em detrimentos das gerações futuras.

1.6.5. Requerimento e pressuposições Para a sua execução

1.6.6. Instrumentos complementares de gestão

3. Caracterização do Parque Nacional de Dulombi e Corredores de Salifo–Xitole e Cuntabani – Quebo

3.1. Caraterísticas físicas e Geográficas

3.2. Geologia, Fisiografia, e Topografia

3.3. Edafologia

3.4. Hidrologia

3.5. Climatologia

3.2. Caraterísticas Bióticas

3.2.1. Flora e formações vegetais (*observação*: incluir também a flora aquática)

3.2.2. Fauna e a Diversidade Faunística

3.2.2.1. Mamíferos

a) Ungulados

b) Primatas

c) Outros mamíferos

3.2.2.2. Repteis

3.2.2.3. Avifauna

3.2.2.4. Fauna aquática

3.2.3. Estatuto da Conservação (*Observação*: salientar sobretudo as espécies emblemáticas e ameaçadas e as espécies mais características dos ecossistemas presentes)

3.3. Caraterísticas socio económicas

3.3.1 História de ocupação

3.3.2 Aspectos socio-demográficos

3.3.3 Regime de Propriedade e direito de acesso e uso dos recursos

3.3.4. **Ocupação atual de espaço e uso dos recursos naturais no interior parque e dos corredores**

3.4.4.1 Agricultura

A agricultura e a pecuária são as principais actividades económicas das populações residentes no Parque e Corredores. O arroz é base da alimentação é também a principal cultura agrícola. Há no entanto várias outras culturas com alguma importância, nomeadamente milho cavalo (*Sorghum*), milho bacil (*Zea mays*), amendoim ou mancarra e mandioca, bem como várias culturas hortícolas como

tomate, cebola, alface e pepino. A cultura do fundo parece estar actualmente em declínio e ter uma importância residual.

Dentro das tabancas e na sua periferia são habitualmente plantadas árvores, nomeadamente fruteiras, como mangueiras, papaeiras e citrinos. Nas últimas décadas, seguindo a tendência generalizada no país, tem havido também alguma expansão dos cajuais nas imediações de tabancas situadas na APs, com maior incidência no Parque de Dulombi e no Corredor de Salifo e em menor escala no corredor de Cuntabane.

A criação de gado bovino é também uma actividade importante em muitas tabancas e frequentemente está ligada à actividade agrícola. Na zona do Parque de Dulombi em geral, durante a época seca o gado pernoita nos terrenos de cultura na periferia das tabancas, que assim são fertilizados e cultivados em permanência com as culturas mais exigentes em termos de fertilidade do solo, como milho bacil, mandioca e culturas hortícolas. Em praticamente todas as tabancas é também comum o gado caprino, e em menor quantidade o gado ovino que se alimenta livremente ao redor das habitações, bem como a criação de galinhas.

A cultura do arroz é feita em dois sistemas: em cultura de sequeiro no sistema de agricultura itinerante habitualmente designado por mpampam e em cultura alagada ou bolanha de água doce, também designado por arroz de bas-fond.

A cultura de arroz no sistema de mpampam é feita em solos do tipo ferralsolo em zonas de planalto, após derruba e queima da vegetação natural ou seminatural existente (em geral savana arborizada ou pousio), cujas cinzas ajudam a fertilizar o solo, pobre em nutrientes. Após um número limitado de ciclos anuais de cultura de arroz ou de outras culturas como milho cavalo, milho bacil ou amendoim, o terreno perde a fertilidade e é deixado como pousio para regeneração da fertilidade através do crescimento da vegetação natural. No entanto, uma prática crescente no país e

provavelmente em algumas tabancas dentro do parque é a instalação de cajuais após a diminuição da fertilidade dos terrenos.

A cultura de arroz em bolanha de água doce ou bas-fond é feita nas margens dos rios e nas zonas baixas periodicamente inundadas na época das chuvas, em que o solo é do tipo gleisolo e a vegetação natural é constituída principalmente por uma savana herbácea das zonas baixas periodicamente alagadas, a lala. Este sistema agrícola não implica o derrube regular de vegetação lenhosa e permite a manutenção da cultura de arroz durante largos anos no mesmo local.

PRINCIPAIS FACTORES DE PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE OS RECURSOS

Como principais factores de pressão antrópica sobre os recursos florestal no parque de Dulombi são de destacar a caça; as queimadas, o derrube de vegetação para agricultura itinerante, o consumo doméstico de lenha, a transumância e o derrube selectivo de essências florestais.

Queimadas

As queimadas são provavelmente o factor que mais contribui para a degradação dos recursos dentro de APs.. As queimadas periódicas impedem que a vegetação florestal recupere após perturbação e contribuem para a manutenção da vegetação em estado de permanente pioneirismo, seleccionando por outro lado as espécies mais adaptadas ao regime de fogo periódico.

Na área do Complexo DBT a prática das queimadas está enraizada nos hábitos das populações residentes, que as utilizam para diversas finalidades além das práticas agrícolas.

Muitas das queimadas que ocorrem nas zonas mais afastadas dos aglomerados populacionais destinam-se à limpeza dos terrenos para caça e pastagens, sendo lançadas provavelmente por caçadores profissionais ou pastores. A recolha de mel de abelhas selvagens é um outro motivo para o lançamento de queimadas, assim como a limpeza dos terrenos junto às tabancas. Muitas queimadas podem também ser provocadas simplesmente por descuido ou por terem escapado ao controle de quem as lançou.

Os efeitos das queimadas na vegetação são diferentes conforme a época do ano em que ocorrem. As queimadas que ocorrem no início da época seca (meses de Dezembro e Janeiro), em que ainda há alguma humidade no solo e nas plantas, têm efeitos bastante menos drásticos na vegetação que as queimadas que ocorrem na parte final da estação seca (meses de Março, Abril e Maio). As queimadas do início da época seca propagam-se mais devagar, são mais facilmente controladas e consomem sobretudo o combustível existente ao nível do solo, não se propagando em geral às copas das árvores mais altas. Pelo contrário, as queimadas tardias afectam em geral também as copas das árvores e são de propagação mais rápida e difícil de controlar.

Agricultura itinerante

A preparação de terrenos para culturas agrícolas pelo sistema de agricultura itinerante implica a derruba e queima da vegetação lenhosa. Com o aumento da densidade populacional é necessário cultivar maiores parcelas de terreno o que implica o desbravamento de novas parcelas de vegetação florestal. Embora na maior parte dos

casos as parcelas cultivadas em sistema de agricultura itinerante se localizem nas proximidades das tabancas, no Parque de Boé uma prática corrente é a instalação de mpampam em zonas afastadas, sendo para o efeito criados acampamentos temporários durante a época de cultivo.

Consumo doméstico de lenha

A lenha é o combustível utilizado pela generalidade da população residente no Complexo DBT, sendo extraída da vegetação florestal existente nas proximidades das tabancas. Assim, o impacte da extracção de lenha para consumo doméstico na vegetação faz-se sentir com maior intensidade na zona envolvente das tabancas.

3.4.4.1 Pastorícia

A transumância é praticada na Guiné-Bissau sobretudo na zona Leste, onde grandes manadas de gado bovino se deslocam regularmente entre as zonas de pastoreio da época das chuvas e da época seca. Os efeitos da transumância na vegetação natural fazem-se sentir sobretudo nos estratos inferiores, seja pelo consumo de plantas herbáceas e plantas lenhosas juvenis, seja pelo intenso pisoteio e compactação do solo. Na área de APs ocorre transumância na zona a norte do sul Corubal no corredor de Salifo.

3.4.4.1 Exploração dos recursos florestais lenhosos e não lenhosos

3.4.4.1 Pesca e Pesca Desportiva

3.4.4.2 Uso de água e potencial hidroelétrico

3.4.4.3 Exploração mineira

3.4.5 Caça e Pesca

Os fulas que são tradicionalmente criadores de gados que são maioria dos residentes na área do Parque Dulombi e Corredores de Cuntabane-Quebo e Salifo-Xitole mas a pecuária quase inexistente, apenas a caça e a pesca contribuem de forma significativa para a incorporação de proteína animal na dieta das populações residentes. Em relação à pesca e à caça, actividades praticada um pouco em quase todas as tabancas do Parque e corredores mais para a subsistência, os residentes ainda hesitaram em defender que com a implantação do Parque poderiam ser proibidas a caça que muito lhes ajudavam não só na melhoria da sua dieta alimentar, como na sua economia familiar. A prática da caça de alguns animais embora é ilegal mas continuam a ser prática como hábitos no meio das populações. No entanto, parece ter um impacto pouco significativo na generalidade das populações de mamíferos, sendo de impacto praticamente nulo nas populações de aves, possivelmente por não ser praticada ainda de forma intensiva actualmente.

A caça furtiva até então constitui um factor de grande ameaça à algumas espécies, principalmente as da fauna menor (Macacos Mona e Macaco vermelho "*Cercopithecus mona*, *Erythrocebus patas* e *Colobus badius*", Macaco Cão "*Babuino-Papio papio*", Porcos de mato "*Phacochoerus aethiopicus* e *Potamochoerus porcus*" entre outros).

A maior parte do produto desta actividade destina-se ao consumo familiar contudo, os caçadores internos, principalmente das tabancas de Dulombi, Quirafo e Djifim praticam esta actividade para fins comerciais pois sempre são contactados pelas mulheres vendedoras das cidades de Bafata e Bissau onde a procura e consumo destes produtos de caça é bem apreciado. Também existem casos como os caçadores ambulantes e os militares dos três aquartelamentos de Bafata, Quebo e Bambadinca caçam diferentes espécies principalmente para fins comerciais e consumo.

A pesca é praticada fundamentalmente ao longo do Rio Corubal, embora haja actividades piscatórias noutras braços de rios e nas lagoas, Entretanto essa pressão, contudo pode não resultar em extinção das espécies mais exploradas, mas pode ocasionar mudanças genéticas adversas. Estas ameaças são provocadas pelos pescadores nacionais e estrangeiros.

3.4.6 Turismo e turismo náutico

3.4.7. Outros usos

3.4. Perceção da comunidade local e demais actores em relação a criação do parque e corredores

4. Diagnostico

4.1. Introdução

4.2. Grau e natureza das ameaças naturais

4.3. Grau e natureza das ameaças antrópicas

Os principais problemas ambientais e sócio-económicos com os quais se debate o no futuro Parque de Dulombi são:

- ❖ Pressão antrópica sobre as terras com consequências na cobertura vegetal, sobretudo nas manchas florestais húmidas;
- ❖ Corte desenfreados de madeira de pau de sangue para exportação;
- ❖ Pesca com artes com impacto na população das espécies em margens de rio Corubal;
- ❖ Adopção de monocultura de Caju;
- ❖ Êxodo juvenil
- ❖ Invasão e sedentarização das novas tabancas por cidadãos estrangeiros;
- ❖ Conflitos de terras entre os donos tradicionais e imigrantes nacionais;
- ❖ Exclusão tendenciosa das autoridades administrativas;
- ❖ Abandono de antigas tabancas para habitar perto da estrada

4.3.1. Criação de novas pontas, expansão da frente agrícola e das áreas de plantação de Caju

4.3.2. Queimadas (*observação*: cultura itinerante, exploração do mel, caca, pastagens, etc.)

4. 3.3. Caça e capturas de espécies protegidas e ou ameaçadas

4. 3.5. Pastorícia e Transumância

4.1.6. Criação de novas tabancas

4.1.7. Corte clandestino de madeira e do Cibe

Algumas espécies de árvores florestais são abatidas selectivamente quer pelas populações locais quer por forasteiros para diversas finalidades, nomeadamente para fabrico de carvão, construção de casas e fabrico de artesanato e utensílios. Nos últimos anos tem sido noticiado também o crescente abate de essências florestais para exportação, em particular pau-sangue (*Pterocarpus erinaceus*), embora este tipo de actividade tenha sido até agora evitado no interior de parque, esta actividade se concentra-se no corredor de salifo Xitole ao longo da estrada que liga Bambadinca

Xitole, a corte de Sibe era praticada nas tabancas que ficam no interior do Parque como Djifim e Paiai Numba mas logo nos primeiros anos de instalação de Parque, com a sensibilização esta pratica foi desencorajadas devido grande sensibilização de equipa do projecto.

A extracção selectiva de árvores florestais é um factor de degradação florestal e deve ser sempre feita de forma sustentável com a promoção do repovoamento das espécies abatidas.

4.1.8. Praticas inadequadas de Pesca (*Observação*: pesca tradicional e desportiva)

4.1.9. Outras ameaças (*Observação*: outras praticas inadequadas da população, Potencial Impacto da construção de barragem hidroelétrica de Saltinho, Potencial de Impacto da exploração mineira (bauxite e inertes, etc.)

4.4 Conflitos relacionados com a utilização do espaço e dos recursos naturais

4.4.1 Conflitos institucionais

4.4.2 Conflitos fundiários

4.4.3. Conflitos em relação aos direitos de acesso aos espaços e aos recursos naturais

4.4.4. Entre a população residente

4.4.5. Entre a população residente e não residentes (nacionais e estrangeiros)

4.4.6. Conflitos causados pela depredação das culturas pelos animais protegidos

4.4.7. Outros conflitos (observação: exploração mineira, instalação de novas infraestruturas de porte, etc.)

4.5. Potencialidades param a criação do Parque e corredores (Observação: naturais e)

4.5.1. Potencialidades naturais

4.5.2. Potencialidades socioeconómicas

5. Plano de Gestão– objetivos e políticas de gestão recursos naturais e ecossistemas

5.1. Introdução

5.2. Zonagem

5.2.1. Objetivo

5.2.2. Critério

5.3. Categoria de zonas, função e Directrizes específica de conservação

As regras de utilização e as actividades permitidas em cada tipo de zona devem ser discutidas e se possível consensualizadas com as populações residentes, através dos seus representantes no conselho de gestão de parque de Dulombi. Só desta forma será possível um efectivo cumprimento das normas e restrições de utilização dos recursos naturais nos diferentes tipos de zonas a criar.

5.3.1- Zonas de preservação integral que são as destinadas nomeadamente a preservação da natureza, impondo-se nelas assim as maiores restrições as actividades humanas pois ai se consentem apenas as pequenas explorações de extracção que não representem riscos para ambiente e, dentro delas, comportam as sub-zonas classificadas de acordo com as acções prioritárias a que se destinam.

- I. Zonas sagradas, identificadas pela sua importância ecológica, sócio cultural e religiosa das comunidades locais, tendo por consequência as restrições definidas pela cultura e tradições locais
- II. Zonas prioritárias de pesquisa controlada, exclusivamente destinadas a pesquisa, observação e seguimento da dinâmica dos ecossistemas florísticos e faunísticos e da verificação do seu valor ecológico.

III. Zonas prioritárias de apoio ao desenvolvimento durável, destinadas a actividades de exploração controladas e sustentada, com desenvolvimento de acções alternativas as actividades de risco de degradação ambiental e reforço da capacidade de gestão tradicional

5.3.2- Zonas tampão, ou zonas de transição que devem servir para a mitigação dos impactes exteriores nas Zonas de protecção, devem ser permitidas actividades tradicionais com baixo impacto sobre a fauna e a flora, como extracção de produtos florestais não lenhosos, apicultura, ou mesmo pesca ou caça de baixa intensidade e para autosustento. A utilização indiscriminada do fogo, nomeadamente para caça ou pastoreio, deve ser evitada e as populações residentes devem ser sensibilizadas nesse sentido. Estas zonas, destinadas apenas as actividades compatíveis com objectivos de conservação;

5.3.3- Zonas de Desenvolvimento Durável que são espaços de abertos as acções de exploração racional dos recursos mas sujeitos, com maior frequência e além de outros condicionamentos legais, a realização de estudos de impactos ambiental;

5.3.1. Outras zonas e funções (florestas sagradas, florestas comunitária nas zonas periféricas, monumentos naturais, sítios históricos, etc.)

5.4. Mecanismo de gestão

5.4.1 Estatutos do parque

5.4.2. Estrutura de gestão

5.4.1.1. Assembleia

5.4.1.2. Conselho de gestão

5.5. Organização, funcionamento e gestão do pessoal

5.5.1. Guarda/parques

O parque dispõe de 12 posto de guarda parque distribuídos de uma forma de tentar controlar todo espaço de parque e dois corredores, cada guarda parque cobre no mínimo 7 a 10 tabancas, como uma distância em que valente de 6 a 12 km entre elas.

5.5.2. Colaboradores

Área do parque de Dulombi com seus dois corredores tem 17 colaboradores em diferentes tabancas de tal forma como foram distribuídos os guardas parque, estes colaboradores apoiam as actividades parque como são os residentes da comunidade

5.3.3. Regulamentos internos do parque

5.6. Programas Operativos Específicos

5.6.1. Construção de infraestruturas, equipamentos e manutenção

5.6.2. Proteção e gestão dos recursos naturais:

5.6.3. Gestão dos processos de concessão de terras no interior de PND

5.6.4. Gestão das queimadas precoces

5.6.5. Gestão de ciclo de m'pam-pam e da expansão de plantações de caju

5.6.6. Gestão e monitoria dos recursos do solo

5.6.7. Gestão de outras espécies faunísticas ameaçadas

5.7. Restauração ecológica

5.7.1. Restauração das Manchas florestais (cibes, goiaba de lala, muralha verde de proteção na zona tampão a volta do parque, floresta galeria a volta dos Wendos e nas margens dos rios, etc.)

5.7.2. Proteção integral de espécies vegetais e ameaçados e/ou em risco de extinção;

- 5.7.3. Proteção integral e reconstituição da população de espécies medicinais ameaçados.
- 5.7.4. Estabelecimento de para-fogos sobretudo para as zonas mais sensíveis no interior dos parques e corredores.
- 5.7.5. Restauração do Potencial genético das espécies e variedades locais cultivadas, e de raças de espécies de animais domésticas locais

5.8. Monitorização e seguimento dos recursos naturais

- 5.8.1. Estabelecimento de sistema de monitorização e seguimento de recursos naturais
- 5.8.2. Monitorização de e seguimento de pesca artesanal
- 5.8.3. Monitorização e seguimento de fauna (Observação: implementação do Plano de acção dos Chimpanzés e col0bus)
- 5.8.4. Gestão, monitorização e seguimento de avifauna

5.9. Investigação e cooperação científica.

- 5.9.1. Programa de investigação:
- 5.9.2. Primatas
- 5.9.3. Grandes ungulados
- 5.9.4. Avifauna
- 5.9.5. Ictiofauna
- 5.9.6. Socioeconómico
- 5.9.7. Seguimento climático e hidrológico (rios e Wendos)
- 5.9.8. Programa de formação e capacitação

6. Relações públicas, Uso público, educação ambiental e Interpretação ambiental

- 6.1.** Programa de comunicação e sensibilização ambiental
- 6.2.** Sinalética
- 6.3.** Programa ecoturístico

7. Programa de administração, proteção e vigilância

7.1. Estabelecimento de processo de licenciamento específico para as atividades permitidas no interior do parque

7.2. Estabelecimento de planos de patrulhamento

8. Iniciativas de desenvolvimento local

9. Orçamento de execução do Plano de Gestão

9.1. Construção de infraestruturas

9.2. Funcionamento e operacionalização da estrutura de gestão

9.3. Investigação, formação e capacitação

9.4. Apoio as iniciativas locais

Literatura

Anexos

Mapas

Decreto de criação

Estatuto

Regulamento interno

Orçamento